

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil Assistência" ou "Companhia") e o relatório dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Desempenho econômico-financeiro

O ano de 2017 trouxe desafios internos e externos à Companhia, em função dos cenários político e macroeconômico e de mudanças na administração da Companhia, porém Amil Assistência, maior operadora de medicina de grupo do país, continuou crescendo e investindo no Brasil.

O faturamento consolidado cresceu 16% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 23,8 bilhões e os investimentos, incluindo valores relacionados ao crescimento orgânico e aos direcionamentos à aquisição de empresas, totalizaram R\$ 948 milhões.

Os investimentos realizados reforçam o compromisso de longo prazo da Amil Assistência em melhorar e ampliar a cobertura e serviços oferecidos aos nossos mais de seis milhões de beneficiários de planos de saúde e demais que a Companhia tem a honra de servir, ajudando as pessoas a viver de forma mais saudável e apoiando o sistema de saúde a funcionar melhor para todos.

A Companhia continua focada na melhoria de sua eficiência operacional, através de diversos projetos em parceria com sua controladora UnitedHealth Group, que tem apoiado na melhoria dos processos, na qualificação das equipes e também na otimização dos sistemas utilizados.

Em 2017, ao contrário de 2016, o aumento nos custos médicos e assistenciais foi inferior ao das receitas permitindo que a Companhia encerrasse o exercício com resultado líquido consolidado positivo em R\$ 54 milhões.

Política de destinação dos resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 25%, o estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encerrou o exercício com lucro individual de R\$ 53 milhões, que será integralmente destinado à absorção de prejuízos acumulados.

Acordo de Acionistas

O Acordo de Acionistas da Amil Assistência foi firmado em junho de 2013, com vigência até o evento que ocorrer primeiro: (i) o 20º (vigésimo) aniversário da data de vigência do mesmo, a saber, junho de 2033 ou (ii) quando o grupo de acionistas fundadores deixar de deter ações da Amil Assistência. O referido Acordo de Acionistas estabelece as condições contratuais que regem a relação entre os acionistas, na Companhia e controladas, de modo que, os dois grupos farão com que seus representantes no Conselho de Administração e na Diretoria, exerçam todos os seus direitos como acionistas, para fazer com que os outros membros da alta administração da Amil Assistência e das controladas, observem e cumpram o Acordo. Nesse objetivo o Acordo trata principalmente de: (i) questões de voto pelos conselheiros de administração e os casos de realização de reunião prévia; (ii) autorização prévia do acionista controlador e de acionista fundador para determinadas matérias de competência da Assembleia Geral; (iii) restrições à transferência, cessão, troca, hipoteca, das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas; (iv) Direito de opção de venda do controle; e (v) Direito de opção de venda conjunta.

Investimentos

Em 2017, os investimentos consolidados de capital foram concentrados na aquisição de ativos fixos e intangíveis, aquisições de empresas e para investimento na expansão das operações, totalizando no ano R\$ 948 milhões. Para suportar estes investimentos, além da sua própria geração de caixa, a Companhia contou com aporte de capital e empréstimos da sua controladora UnitedHealth Group.

Através da própria Companhia e de suas controladas, foi adquirido o controle das empresas Santos Administração e Participação S.A., Plano de Saúde Ana Costa Ltda. e Hospital Ana Costa S.A.. O ano de 2017 também foi de investimento em atendimento primário, consolidado nos Clubes Vida de Saúde. O conceito desses centros, cuja assistência é baseada no médico de família e agentes de saúde, é promover maior adesão de pacientes em condições crônicas ao tratamento, evitando o agravamento das doenças que podem ser controladas.

Reorganização societária

Com objetivo de simplificar a estrutura societária e também das consequências sinergias advindas da melhoria da eficiência operacional, em 2017 a sociedade Hospital Maternidade Promater Ltda. foi incorporada pela controladora direta Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A..

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2017, Amil Assistência e suas controladas contavam com cerca de 40 mil colaboradores. As despesas com pessoal no exercício, no montante total de R\$ 2,1 bilhões, representaram um crescimento de 20,5% em comparação com 2016, ou aproximadamente 9% do faturamento consolidado. O crescimento nas despesas com pessoal foi reflexo das aquisições, dos aumentos salariais concedidos e indenizações pagas no período. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela Companhia a seus colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, refeição e educação, transporte, treinamentos internos e externos, entre outros.

Em 2017, com a implantação do programa Viver Bem, os benefícios a funcionários foram ampliados, passando a incluir assistência jurídica, financeira e psicológica, descontos em academias, assistência especial a gestantes, entre outros. Como os benefícios são extensivos aos dependentes, o alcance do programa chega a mais de 70 mil pessoas, fortalecendo o bem estar interno e a retenção de talentos.

Perspectivas e planos da Administração

Para 2018 acreditamos que a economia continuará sua retomada no ritmo das atividades e negócios no país, que os indicadores macroeconômicos continuarão sua trajetória ascendente, com a consequente melhoria no nível de confiança de consumidores e empresários, aumento dos investimentos e a redução no nível de desemprego. A Companhia continua confiante no desenvolvimento do setor de saúde suplementar no Brasil. Continuaremos oferecendo uma ampla e inovadora oferta de produtos a preços competitivos, através do gerenciamento de seus custos por meio de programas especiais visando obter resultados positivos e sustentáveis, com benefícios para todos os públicos envolvidos.

Agradecimentos

A Amil Assistência agradece o empenho de seus colaboradores, a confiança de clientes e o apoio de fornecedores, bem como às entidades governamentais e todos que de alguma forma contribuíram às atividades da Companhia em 2017.

São Paulo, 05 de março de 2018.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
Ativo circulante		3.605.659	3.387.178	5.261.812	4.926.860	Passivo circulante		3.420.282	3.241.736	4.418.780	4.315.841
Disponível		6.417	4.152	117.627	151.197	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	2.658.278	2.470.212	2.443.870	2.252.607
Realizável		3.599.242	3.383.026	5.144.185	4.775.663	Débitos de operações de assistência à saúde		443.355	419.237	457.647	437.607
Aplicações financeiras	3	3.129.332	2.965.772	3.518.007	3.240.956	Receita antecipada de contraprestações		428.680	402.815	442.201	420.289
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		2.774.521	2.482.874	2.844.839	2.527.401	Comercialização sobre operações		14.548	16.319	15.112	17.046
Aplicações livres		354.811	482.898	673.168	713.555	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		127	103	334	272
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4	281.934	292.895	318.227	302.490	Tributos e encargos sociais a recolher		121.032	119.687	318.190	302.288
Contraprestação pecuniária a receber		281.934	292.895	318.227	302.490	Tributos e contribuições	12	119.832	118.374	280.725	277.824
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	5	-	-	896.506	828.788	Parcelamento de tributos	13	1.200	1.313	37.465	24.464
Créditos tributários e previdenciários	6	110.279	81.921	170.510	195.162	Empréstimos e financiamentos a pagar	14	1.754	59.472	137.595	326.312
Bens e títulos a receber		64.488	32.865	212.969	186.357	Débitos diversos	15	195.863	173.128	1.061.478	997.027
Despesas antecipadas		13.209	9.573	924.654	21.910	Passivo não circulante		770.188	3.262.840	1.566.955	4.419.487
Ativo não circulante		12.107.639	11.161.456	12.377.359	11.988.311	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	3.600	2.125	8.909	2.125
Realizável a longo prazo		3.553.776	3.291.018	3.454.218	3.455.706	Provisões		666.966	476.376	967.226	761.723
Aplicações financeiras	3	11.487	9.830	11.487	9.856	Provisões para tributos diferidos	16	-	-	92.793	89.778
Aplicações livres		11.487	9.830	11.487	9.856	Provisões para ações judiciais	17	666.966	476.376	874.433	671.945
Créditos tributários e previdenciários	6	-	-	60.614	2.497	Tributos e encargos sociais a recolher	13	700	1.720	77.684	70.239
Ativo fiscal diferido	16	3.030.475	3.130.042	3.214.091	3.283.795	Parcelamento de tributos e contribuições		700	1.720	77.684	70.239
Depósitos judiciais e fiscais	17,3	112.090	98.119	161.740	137.692	Empréstimos e financiamentos a pagar	14	-	2.736.745	355.883	3.468.322
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19,1	399.724	53.027	-	-	Débitos diversos	15	98.922	45.874	157.253	117.078
Outros créditos a receber a longo prazo	7	6.763.599	6.119.924	6.286	21.866	Patrimônio líquido	18	11.522.828	8.044.058	11.653.436	8.179.843
Investimentos		6.763.599	6.119.924	43.995	45.227	Capital social		12.051.777	8.681.777	12.051.777	8.681.777
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		6.762.330	6.118.655	1.840.407	1.840.407	Reservas		121.934	103.178	121.934	103.178
Participações societárias em operadoras de planos de assistência à saúde		262.528	141.466	-	-	Reserva de capital		121.728	102.799	121.728	102.799
Participações societárias em rede assistencial não hospitalar		180.978	155.620	-	-	Reserva de reavaliação		206	379	206	379
Participações societárias em rede hospitalar		5.048.924	4.749.370	-	-	Resultado de operações com acionistas não controladores		(32.639)	(30.288)	(32.639)	(30.288)
Outras participações societárias		1.269.900	1.072.199	-	-	Outros resultados abrangentes		63.403	24.509	63.403	24.509
Outros investimentos		1.269	1.269	43.995	45.227	Prejuízos acumulados		(681.647)	(735.118)	(681.647)	(735.118)
Imobilizado	8	434.249	441.228	4.535.356	3.813.732	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		11.522.828	8.044.058	11.522.828	8.044.058
Imóveis de uso próprio		272.511	285.997	2.458.704	1.840.407	Participação de acionistas não controladores		-	-	130.608	135.785
Imóveis - hospitalares / odontológicos		-	-	2.104.322	1.533.234	Total do passivo		15.713.298	14.548.634	17.639.171	16.915.171
Imóveis - não hospitalares / odontológicos		272.511	285.997	354.382	307.173						
Imobilizado de uso próprio		81.808	85.475	984.654	924.071						
Hospitalares / odontológicos		-	-	890.637	838.558						
Não hospitalares / odontológicos		81.808	85.475	84.017	87.520						
Imobilizações em curso		5.585	5.392	513.373	640.021						
Outras imobilizações		74.345	64.364	598.625	407.233						
Intangível	9	1.356.015	1.309.286	4.343.790	4.673.646						
Total do ativo		15.713.298	14.548.634	17.639.171	16.915.171						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		18.594.380	16.683.565	19.289.894	16.765.197
Contraprestações líquidas		18.964.850	16.984.047	19.701.391	17.073.971
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(2.476)	(883)	(2.476)	(883)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(367.994)	(299.599)	(409.021)	(307.891)
Eventos indenizáveis líquidos		(15.493.390)	(14.156.131)	(15.868.969)	(14.167.897)
Eventos conhecidos ou avisados		(15.480.937)	(14.022.498)	(15.855.965)	(14.034.202)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(12.453)	(133.633)	(13.004)	(133.695)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		3.100.990	2.527.434	3.420.925	2.597.300
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		3.604	745	3.604	745
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20	19.146	89.937	4.215.142	3.594.495
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		-	-	4.149.843	3.469.083
Outras receitas operacionais		19.146	89.937	65.299	125.412
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		-	-	(419.487)	(361.102)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	21	(506.746)	(486.645)	(528.915)	(491.661)
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		23.813	43.246	23.813	43.246
Provisão para perdas sobre créditos		(233.338)	(272.059)	(250.239)	(276.392)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(297.221)	(257.832)	(302.489)	(258.515)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	22	-	-	(2.915.407)	(2.450.129)
Outros custos com assistência à saúde		-	-	(2.735.793)	(2.299.231)
Provisão para perdas sobre créditos		-	-	(171.174)	(136.584)
Outras despesas operacionais		-	-	(8.440)	(14.314)
Resultado bruto		2.616.994	2.131.471	3.775.862	2.889.648
Despesas de comercialização		(772.558)	(881.955)	(859.620)	(894.125)
Despesas administrativas	23	(1.899.200)	(1.741.108)	(2.735.040)	(2.454.687)
Resultado financeiro líquido	24	112.870	118.419	95.408	92.041
Receitas financeiras		513.992	369.931	617.778	506.735
Despesas financeiras		(401.122)	(251.512)	(522.370)	(414.694)
Resultado patrimonial		84.792	(9.416)	(37.857)	(16.920)
Receitas patrimoniais		314.026	172.620	10.183	14.079
Despesas patrimoniais		(229.234)	(182.036)	(48.040)	(30.999)
Resultado antes dos impostos e participações		142.898	(382.589)	238.753	(384.043)
Imposto de renda corrente	25	-	-	(106.234)	(37.278)
Contribuição social corrente	25	-	-	(37.586)	(12.756)
Impostos diferidos	25	(89.600)	64.388	(40.785)	110.922
Resultado líquido do exercício		53.298	(318.201)	54.148	(323.155)
Resultado atribuído aos acionistas:					
Controladores		53.298	(318.201)	53.298	(318.201)
Não controladores		-	-	850	(4.954)
		53.298	(318.201)	54.148	(323.155)
Lucro (prejuízo) básico por ação	18,7	0,00731	(0,05121)	-	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação	18,7	0,00731	(0,05121)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

- **Multiangio Ltda. (“Multiangio”)**
 Em dezembro de 2015, a controlada direta Esho adquiriu 44% das quotas desta sociedade que, tem por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares.
 Em fevereiro de 2016, a controlada direta Esho adquiriu mais 24% das quotas desta sociedade e passou a deter 68% do capital social da Multiangio.
- **Dilab – Medicina Nuclear Ltda. (“Dilab”)**
 Em dezembro de 2015, a controlada direta Esho adquiriu 80% das quotas desta sociedade, que tem por objeto a prestação de serviços médicos especializados em medicina nuclear e em pesquisa e métodos complementares de diagnósticos.
 Em fevereiro de 2016, a controlada direta Esho adquiriu mais 5% das quotas desta sociedade e passou a deter 85% do capital social da Dilab.
- **Hospital de Clínicas de Jacarepaguá Ltda. (“HCJ”)**
 Em fevereiro de 2016, a controlada direta Esho adquiriu 100% das quotas desta sociedade, que tem por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares em geral.
- **Centro Médico PJ Ltda. (“CMPJ”)**
 Em fevereiro de 2016, a controlada direta Esho adquiriu 100% das quotas desta sociedade, que tem por objeto social exclusivamente a atividade de assistência médica ambulatorial.
- **Mamoeco – Mamografia e Ecografia, Centro de Diagnóstico, Ltda. (“Mamoeco”)**
 Em junho de 2016, a controlada indireta Lusíadas, S.G.P.S. S.A. adquiriu 100% das quotas do capital social desta sociedade.
 Em dezembro de 2016, a sociedade encerrou suas atividades para fins de liquidação.
- **Hospital Samaritano de São Paulo Ltda. (“Samaritano SP”)**
 Em agosto de 2016, a controlada direta Esho adquiriu 100% das quotas desta sociedade, que tem por objeto a realização de assistência médico-hospitalar e o desenvolvimento do conhecimento, estudos e pesquisas.
- **Casa de Saúde Santa Therezinha S.A. (“CSST”)**
 Em agosto de 2016, a controlada direta Hospital Alvorada Taguatinga (“HAT”) celebrou Contrato de Compra e Venda para a aquisição de 100% das ações desta sociedade, que tem por objeto social atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento de urgência.
- **Clínica Médico Cirúrgica de Santa Tecla S.A. (“Santa Tecla”)**
 Em setembro de 2016, a controlada indireta Lusíadas adquiriu 96,51% das ações do capital social desta sociedade.
- **Clisa – Clínica de Santo Antônio S.A. (“Clisa”)**
 Em setembro 2016, a controlada indireta Lusíadas adquiriu 90,75% das ações do capital social desta sociedade.
- **Elual Participações S.A. (“Elual”)**
 Em outubro de 2016, a Companhia adquiriu 60% das ações do capital social desta sociedade e sua controlada direta Esho 40%. A Elual tem por objeto social a detenção de ativos em geral, sejam eles bens imóveis, móveis, semoventes ou participações em outras sociedades na qualidade de acionistas ou quotistas.
- **Santa Helena Assistência Médica S.A. (“SHAM”)**
 Em outubro de 2016, a Companhia adquiriu 34,79% do capital social desta sociedade. A Elual é detentora de 65,21%. A SHAM, como operadora de planos médicos, tem por objeto social a prestação de atividades de atenção ambulatorial, de atendimento hospitalar, de atendimento de urgências e emergências, de serviços de complementação diagnóstica – terapêutica.
- **Hospital Santa Helena S.A. (“HSH”)**
 Em outubro de 2016, a controlada direta Esho adquiriu 34,79% do capital social desta sociedade. A Elual é detentora de 65,21%. O HSH tem por objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins, correlatas e similares.
- **Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda. (“Lotten-Eyes”)**
 Em outubro de 2016, a controlada direta HAT adquiriu 99,99% desta sociedade, que tem por objeto social prestação de serviços médicos, preventivos, diagnósticos, terapêuticos, clínicos e cirúrgicos em regime ambulatorial, e atividades de hospital-dia, na forma definida em normas expedidas pelo Ministério da Saúde e demais normas legais. A sociedade poderá participar de outras empresas ou sociedades, como sócia, acionista ou quotista.
- **CMO – Centro Médico de Oftalmologia Ltda. (“CMO”)**
 Em outubro de 2016, a controlada direta HAT adquiriu 99% do capital social desta sociedade. Lotten-Eyes é detentora de 1%. A CMO tem por objeto social a prestação de serviços profissionais médicos, clínicos, cirúrgicos, de reabilitação e diagnóstico.
- **Clínica Oftalmológica Danilo de Castro Ltda. (“CODC”)**
 Em outubro de 2016, a controlada direta HAT adquiriu 99,67% do capital social desta sociedade. Lotten-Eyes é detentora de 0,33%. A CODC tem por objeto social a exploração da prestação de serviços médicos oftalmológicos em geral.
- **Santos Administração e Participações S.A. (“Santos”)**
 Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 100% do capital social desta sociedade. A Santos tem por objeto social o investimento em outras empresas.
- **Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (“PSAC”)**
 Em agosto de 2017, a Companhia adquiriu 37,55% do capital social desta sociedade. Na data de aquisição, a controlada direta Santos era detentora de 62,45% do capital social da sociedade. O Plano de Saúde Ana Costa tem por objeto social a operação de planos privados de assistência a saúde, familiares e coletivos.
- **Hospital Ana Costa S.A. (“HAC”)**
 Em julho de 2017, a controlada direta HAT adquiriu 42,59% do capital social desta sociedade. O Plano de Saúde Ana Costa é detentor de 57,41% do capital social da sociedade. O Hospital Ana Costa tem por objeto social a prestação de serviços médicos e hospitalares.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Amil Assistência e suas controladas são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pelas Resoluções Normativas ANS 430/17 e 418/16.

O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis e, dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da Amil Assistência revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 05 de março de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Bases de consolidação, investimentos e combinação de negócios

2.2.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e as suas empresas controladas direta e indiretamente, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1. e nº 2.2.2. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas e também são uniformes em relação àquelas utilizadas nos exercícios anteriores. Na consolidação são eliminados os investimentos nas sociedades controladas diretas e indiretas, assim como todos os registros provenientes de transações entre essas sociedades.

2.2.2 Investimentos e combinação de negócios

As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

A Companhia adota o método de aquisição em combinações de negócios, quando adquire controle de uma investida. Nessas operações os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de acionista não controlador na adquirida pela parcela proporcional da participação do mesmo no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. De outro modo, quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

O ágio registrado como ativo intangível nas demonstrações consolidadas e como investimento na individual não está sujeito à amortização. O ágio é atribuído a cada unidade geradora de caixa e o teste de recuperabilidade (teste de impairment) é efetuado pelo menos uma vez ao ano, durante o quarto trimestre, ou quando existirem eventos e/ou circunstâncias que indiquem perda do valor recuperável. Quando identificado que o ágio registrado não será recuperado integralmente, é efetuada baixa definitiva da respectiva parcela do ágio na demonstração de resultados.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas e estão demonstradas no quadro abaixo. Nos percentuais apresentados estão considerados a participação direta e indireta da Companhia:

Controladas diretas	Aquisição/reestruturação	Participação Total (%)	
		31/12/2017	31/12/2016
Operadora de planos de saúde			
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	jul/17	100,00%	-
Assistência médico-hospitalar			
Aeromil – Aeromil Táxi Aéreo Ltda. (I)	jun/07	20,00%	20,00%
Cemed Care – Empresa de Atendimento Clínico Geral Ltda.	jun/07	100,00%	100,00%
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	dez/09	100,00%	100,00%
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	fev/10	99,65%	99,63%
Amil Internacional S.a.r.l	jan/13	100,00%	100,00%
Amico Saúde Ltda.	set/14	100,00%	100,00%
Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Outros investimentos			
Bosque – Bosque Medical Center S.A.	jun/07	100,00%	100,00%
ETHO – Empresa de Tecnologia Hospitalar Ltda.	ago/10	90,06%	82,64%
Elual Participações S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Santos Administração e Participações S.A.	jul/17	100,00%	-
Controladas indiretas			
Operadora de planos de saúde			
Santa Helena Assistência Médica S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Assistência médico-hospitalar			
Excellion – Excellion Serviços Biomédicos S.A.	dez/10	100,00%	100,00%
Lusíadas S.G.P.S.	mar/13	100,00%	100,00%
Lusíadas - Parcerias Cascais, S.A.	mar/13	100,00%	100,00%
Clínica Médico Cirúrgica de Santa Tecla S.A.	mar/13	100,00%	100,00%
Clisa - Clínica de Santo Antonio S.A.	mar/13	100,00%	100,00%
COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A.	ago/15	100,00%	100,00%
CMS - Central de Manipulação e Serviços Farmacêuticos S.A.	ago/15	100,00%	100,00%
Hospital Maternidade Promater Ltda.	out/15	-	100,00%
Hospitais Associados de Pernambuco Ltda.	dez/15	90,00%	90,00%
Dilab Medicina Nuclear Ltda.	dez/15	85,00%	85,00%
Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda.	dez/15	89,00%	89,00%
Multiangio Ltda.	dez/15	68,00%	68,00%
Hemonefro Hemodialise e Nefrologia Ltda.	dez/15	28,50%	28,50%
Hospital de Clínicas de Jacarepaguá Ltda.	fev/16	100,00%	100,00%
Centro Médico PJ Ltda.	fev/16	100,00%	100,00%
Hospital Samaritano de São Paulo Ltda.	ago/16	100,00%	100,00%
Casa de Saúde Santa Therezinha S.A.	ago/16	100,00%	100,00%
Hospital Santa Helena S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda.	out/16	100,00%	100,00%
CMO – Centro Médico de Oftalmologia Ltda.	out/16	100,00%	100,00%
Clínica Oftalmológica Danilo de Castro Ltda.	out/16	100,00%	100,00%
Hospital Ana Costa S.A.	jul/17	100,00%	-
Outros investimentos			
Amil Clinical Research Participações Ltda.	nov/12	100,00%	100,00%
Lusíadas A.C.E.	mar/13	100,00%	100,00%
COI Participações S.A.	ago/15	89,10%	89,10%

(I) A Companhia possui influência significativa sobre essa investida.

2.3. Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros são apropriadas pelo regime de competência.

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados pelas operadoras controladas e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Cada controlada determina sua própria moeda funcional, e naquelas cuja moeda funcional é diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que, por sua relevância, são convertidas pela taxa da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulado de Conversão.

As transações com moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do fim do período dos ativos e passivos monetários em outras moedas são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

2.5. Disponível

Inclui caixa, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e depósitos bancários.

2.6. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

A Companhia mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (vide nota explicativa nº 3).

2.7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações de operações de planos de assistência à saúde.

2.8. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Créditos relacionados com a prestação de serviços médico-hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades.

2.9. Estoques

Registrados pelo método do custo médio de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização. Os estoques representam materiais médico-hospitalares e medicamentos utilizados pela rede própria na prestação de serviços de assistência médica.

2.10. Investimentos

As participações em sociedades controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, haja vista a existência de influência significativa sobre as mesmas.

2.11. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se for o caso. Os juros sobre empréstimos diretamente atribuíveis à construção de novas unidades hospitalares (ativo qualificável) são capitalizados como parte do custo do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, as taxas são mencionadas na nota explicativa nº 8.

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho

ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

2.12. Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pela vida útil.

2.13. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável (impairment), quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de softwares, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os ágios gerados nas aquisições foram amortizados pelo método linear à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008, quando por determinação da Lei nº 11.638/07, passaram, apenas, a ser submetidos a teste anual de ajuste ao seu provável valor recuperável (vide nota explicativa nº 9).

Os ganhos ou as perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado.

2.14. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

A Administração revisa anualmente, ou sempre que surgirem indícios de impairment, o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.15. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a) Ativos contingentes - Reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos contingentes - Provisões quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) Obrigações legais - Registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Tributos correntes

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

A provisão para os tributos sobre a renda é calculada individualmente por empresa, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que, exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis sejam sempre utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório conforme disposições e critérios contidos no CPC 32 complementado pela regulamentação da ANS.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) Tributos sobre a renda correntes e diferidos

Os tributos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os tributos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das subsidiárias no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34% no Brasil, e o imposto pago no exterior por essas subsidiárias poderá ser compensado no Brasil.

Os detalhes estão divulgados nas notas explicativas nº 16 e 25.

2.18. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (II) Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos médios destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atuarial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selec) como premissas de cálculo; (III) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); e (IV) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial ou com base em metodologia estabelecida pela ANS (vide nota explicativa nº 11).

2.19. Receita antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar o serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

2.20. Empréstimos, financiamentos e mútuos

Empréstimos e financiamentos a pagar e contratos de mútuos com a UHG são registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço.

Todos os custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas seguintes categorias:

• **Valor justo por meio do resultado** – Ativos financeiros adquiridos e mantidos com o propósito de negociação no curto prazo, mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado financeiro do exercício. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

• **Empréstimos e recebíveis** – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• **Impairment de ativos financeiros** - A Companhia e suas controladas avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Companhia e suas controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Normas ANS

- Resolução Normativa nº 430

Esta norma foi emitida pela ANS em 08 de dezembro de 2017, com início de vigência em 01 de janeiro de 2018, e delibera sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde.

2.24. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 15 – Combinação de Negócios e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificações de Erro.

Os ajustes efetuados no exercício apresentado estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2016		31/12/2016		31/12/2016		31/12/2016		
	Saldos originalmente apresentados	Ajuste	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajuste	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajuste	
Ativo									
Circulante									
Disponível	3.387.178	-	3.387.178	4.930.174	(3.314)	4.926.860	151.197	-	151.197
Realizável	3.383.026	-	3.383.026	4.778.977	(3.314)	4.775.663	32.865	-	32.865
Bens e títulos a receber	32.865	-	32.865	189.671	(3.314)	186.357	-	(b)	-
Outros	3.350.161	-	3.350.161	4.589.306	-	4.589.306	-	-	-
Não circulante	11.142.625	18.831	11.161.456	11.946.944	41.367	11.988.311	-	-	-
Realizável a longo prazo	3.291.018	-	3.291.018	3.452.171	5.353	3.455.706	-	-	-
Outros créditos a receber a longo prazo	53.027	-	53.027	18.331	3.535	21.866	(b)	-	-
Outros	3.237.991	-	3.237.991	3.433.840	-	3.433.840	-	-	-
Investimentos	6.101.093	18.831 (a)	6.119.924	42.793	2.434	45.227	-	(d)	-
Imobilizado	441.228	-	441.228	3.813.732	-	3.813.732	-	-	-
Intangível	1.309.286	-	1.309.286	4.638.248	35.398	4.673.646	(c) e (d)	-	-
Total	14.529.803	18.831	14.548.634	16.877.118	38.053	16.915.171			
	Saldos originalmente apresentados	Ajuste	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajuste	Saldos ajustados			
Passivo									
Circulante									
Tributos e encargos sociais a recolher	3.222.905	18.831	3.241.736	4.277.788	38.053	4.315.841	-	-	-
Débitos diversos	119.687	-	119.687	292.067	10.221	302.288	(c)	-	-
Outros	154.297	18.831 (a)	173.128	969.195	27.832	997.027	(d)	-	-
Outros	2.948.921	-	2.948.921	3.016.526	-	3.016.526	-	-	-
Não circulante	3.262.840	-	3.262.840	4.419.487	-	4.419.487			
Patrimônio líquido	8.044.058	-	8.044.058	8.179.843	-	8.179.843	-	-	-
Total	14.529.803	18.831	14.548.634	16.877.118	38.053	16.915.171			

- Ajuste no preço de compra das sociedades adquiridas SHAM e Elual conforme cláusula do contrato de compra e venda;
- Reclassificação entre circulante e não circulante referente aos derivativos da controlada indireta COI;
- Ajuste no patrimônio líquido na data de aquisição da sociedade Samaritano SP; e
- Ajuste no preço de compra das sociedades adquiridas SHAM, HSH e Elual conforme cláusula do contrato de compra e venda e reclassificação do ativo para o passivo referente a provisão para perda de investimento.

3. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações livres				
CDB e operação compromissada (ii)	249.692	389.759	456.968	490.357
Fundos de investimentos aberto (i)	70.717	30.652	138.292	160.737
Fundos de investimentos exclusivo (i)	45.889	72.317	89.395	72.317
Subtotal	366.298	492.728	684.655	723.411
Aplicações Garantidoras de provisões técnicas Vinculadas (iii)				
Fundos de investimentos aberto	565.294	473.811	635.612	488.303
Carteira administrada	913.253	844.177	913.253	844.177
Não vinculadas (iv)				
Fundos de investimento exclusivo (i)	1.295.974	1.164.886	1.295.974	1.164.886
CDB e operação compromissada (ii)	-	-	-	30.035
Subtotal	2.774.521	2.482.874	2.844.839	2.527.401
Total	3.140.819	2.975.602	3.529.494	3.250.812
Circulante	3.129.332	2.965.772	3.518.007	3.240.956
Não circulante	11.487	9.830	11.487	9.856
Total	3.140.819	2.975.602	3.529.494	3.250.812

- As aplicações financeiras em fundos de investimento são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos. Assim sendo, a Companhia pode ser chamada a responder pelas taxas de funcionamento do fundo;
- Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos por bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e a remuneração está indexada à variação do CDI. Estas aplicações poderão, a qualquer momento, ser resgatadas sem prejuízo do seu rendimento;
- A Companhia, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 392/15 e alterações, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, essas aplicações financeiras eram compostas por cotas de fundos de investimento dedicados da ANS. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;
- Aplicações financeiras não vinculadas classificadas como garantidoras das provisões técnicas para atender necessidade de lastro, conforme RN ANS nº 390/15 e 392/15. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, essas aplicações financeiras eram compostas por cotas de fundo de investimento exclusivo. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS.

4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Planos médico-hospitalares				
Planos coletivos	275.933	280.439	293.551	283.687
Planos individuais	83.889	90.925	135.131	112.566
Subtotal	359.822	371.364	428.682	396.253
Planos odontológicos				
Planos coletivos	9.653	8.362	9.675	8.398
Planos individuais	12.089	7.063	12.150	7.063
Subtotal	21.742	15.425	21.825	15.461
Total	381.564	386.789	450.507	411.714
Provisão para perdas sobre créditos	(99.630)	(93.894)	(132.280)	(109.224)
Total líquido	281.934	292.895	318.227	302.490

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer				
Vencidos				
Até 30 dias	164.770	143.832	180.486	158.579
De 31 a 60 dias	35.877	33.353	38.294	36.251
De 61 a 90 dias	22.325	19.805	22.668	21.030
Há mais de 90 dias	67.388	70.517	100.537	81.889
Subtotal	290.360	267.507	341.985	297.749
Total	381.564	386.789	450.507	411.714

Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	(93.894)	(159.616)	(109.224)	(159.616)
Constituições e reversões	(233.955)	(259.430)	(250.847)	(263.763)
Baixas	228.219	325.152	228.550	325.217
Aquisição de empresas	-	-	(559)	(11.062)
Saldos no fim do exercício	(99.630)	(93.894)	(132.280)	(109.224)

5. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela Companhia e suas controladas, cuja composição é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Composição por tipo de cliente				
Pessoa jurídica	981.316	919.039	919.039	919.039
Pessoa física	61.613	32.029	32.029	32.029
Total	1.042.929	951.068	951.068	951.068
Provisão para perdas sobre créditos	(146.423)	(122.280)	(122.280)	(122.280)
Total líquido	896.506	828.788	828.788	828.788

Composição por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer				
Vencidos				
Até 30 dias	118.743	123.086	118.743	118.743
De 31 a 60 dias	74.538	68.322	74.538	68.322
De 61 a 90 dias	55.117	55.117	55.117	55.615
De 91 a 120 dias	45.738	42.463	45.738	42.463
De 121 a 150 dias	33.956	32.884	33.956	32.884
De 151 a 180 dias	38.948	34.640	38.948	34.640
Há mais de 180 dias	286.811	244.935	286.811	244.935
Subtotal	658.194	597.602	658.194	597.602
Total	1.042.929	951.068	1.042.929	951.068

Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	(122.280)	(98.656)	(122.280)	(98.656)
Constituições e reversões	(169.843)	(141.715)	(141.715)	(141.715)
Baixas	170.047	113.446	170.047	113.446
Ajuste de conversão	(8.057)	6.637	(8.057)	6.637
Aquisição de empresas	(16.290)	(1.992)	(16.290)	(1.992)
Saldos no fim do exercício	(146.423)	(122.280)	(146.423)	(122.280)

6. Créditos tributários e previdenciários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL	105.912	66.922	213.902	163.046
ISS	2.848	4.614	6.830	12.313
PIS e COFINS	1.044	1.084	5.506	7.396
INSS	475	9.301	3.817	13.633
Outros	-	-	1.269	1.271
Total	110.279	81.921	231.124	197.659
Circulante	110.279	81.921	170.510	195.162
Não circulante (i)	-	-	60.614	2.497
Total	110.279	81.921	231.124	197.659

(i) Valores de impostos retidos na fonte da controlada direta Cemed, os quais a sociedade não possui débitos suficientes para compensar. Desta forma, foi solicitado através de PER/DCOMP a Receita Federal do Brasil (RFB) a restituição dos valores.

7. Investimentos

Os saldos de investimentos na controladora incluídos os valores de ágio por expectativa de rentabilidade futura e as principais informações das participações societárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017		31/12/2016	
	Participação no patrimônio líquido	Participação no capital	Participação no patrimônio líquido	Participação no capital
Participações societárias em operadoras de planos de assistência à saúde				
PSAC (i)	34.057	64.875	74.86	48.566
SHAM (ii)	116.762	122.697	34,79	42.686
Subtotal	150.819	187.572	109,65	91.252
Participações societárias em rede assistencial não hospitalar				
Cemed Care	(891)	180.978	100,00	180.978
Subtotal	180.978	180.978	100,00	180.978
Participações societárias em rede hospitalar				
Amico	(4.405)	366.413	98,93	362.485
Esho	54.475	3.635.804	99,65	3.622.387
HAT	(60.804)	1.000.984	84,86	849.415
Seisa	3.921	16.385	100,00	16.385
Subtotal	4.850.672	198.252	5.048.924	4.550.785
Outras participações societárias				
Aeromil	(4.567)	15.725	20,00	3.145
Amil Internacional	8.921	283.724	100,00	283.724
Bosque	(33.408)	695.381	82,58	574.249
Elual (ii)	79.389	110.267	60,00	66.161
Etho	(20)	6.906	5	

9. Intangível

	Taxa de amortização anual (%)	Controladora Reapresentado			
		Custo Líquido de Impairment	Amortização acumulada	31/12/2017 Intangível Líquido	31/12/2016 Intangível Líquido
Vida útil definida					
Software	20,00	470.011	(223.692)	246.319	166.606
Carteira de clientes (i)	7,69	76.075	(61.414)	14.661	15.783
Marcas (ii)	3,65	536.439	(57.291)	479.148	511.010
Acordo de não competição	20,00	3.506	(3.506)	-	-
Subtotal		1.086.031	(345.903)	740.128	693.399
Vida útil indefinida					
Ágio em empresas incorporadas					
Amesp Sistema		168.667	-	168.667	168.667
Linxx		159.658	-	159.658	159.658
Amil Saúde		117.242	-	117.242	117.242
Medial Par		65.121	-	65.121	65.121
Grupo Saúde		31.747	-	31.747	31.747
Seisa (iv)		29.031	-	29.031	29.031
Med Card (iii)		20.713	(2.751)	17.962	17.962
Semic (iii)		19.660	(3.768)	15.892	15.892
Ampla (iii)		9.218	(839)	8.379	8.379
E Nova Odontologia		1.356	-	1.356	1.356
Dental Center (iv)		832	-	832	832
Subtotal		623.245	(7.358)	615.887	615.887
Total		1.709.276	(353.261)	1.356.015	1.309.286

- (i) A Companhia revisa anualmente a estimativa do prazo de vida útil-econômica remanescente das carteiras de beneficiários de plano de saúde adquiridas;
- (ii) Em junho de 2016, a Diretoria da Companhia aprovou a proposta da Diretoria de Marketing para o desuso das marcas registradas. Desta forma, as marcas passaram a ter vida útil definida;
- (iii) Saldos de ágio das incorporadas na controlada Amico transferidos para a Companhia após cisão parcial;
- (iv) Saldo de ágio referente à controlada Seisa e Dental Center, após cisão parcial com versão da parcela cindida para Amil Assistência relativa às operações com planos de saúde.

	Controladora				
	Software	Carteira de Clientes	Marcas e Patentes	Ágio em empresas incorporadas	Total
Saldos em 31/12/2015	153.426	14.527	530.157	615.887	1.313.997
Adições	63.374	-	-	-	63.374
Baixas	(927)	-	-	-	(927)
Amortizações	(49.423)	1.256	(19.015)	-	(67.182)
Impairment	156	-	(132)	-	(132)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	166.606	15.783	511.010	615.887	1.309.286
Adições	139.693	-	-	-	139.693
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Amortizações	(60.587)	(1.122)	(31.862)	-	(93.571)
Transferências	611	-	-	-	611
Saldos em 31/12/2017	246.319	14.661	479.148	615.887	1.356.015

	Consolidado				
	Taxa média anual de amortização (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	31/12/2017 Intangível Líquido	31/12/2016 Intangível Líquido
Vida útil definida					
Marcas (v)	8,59	676.843	(88.018)	588.825	554.981
Software (i)	20,00	630.148	(316.566)	313.582	204.147
Acordo de não competição	20,00	130.470	(41.824)	88.646	19.731
Carteira de clientes (ii)	8,95	95.445	(67.107)	28.338	15.783
Direito de exploração (iii)	10,00	80.423	(61.585)	18.838	22.342
Software - arrendamento mercantil	20,00	41.029	(32.402)	8.627	9.591
Licença de uso - franquia	10,00	9.674	(1.749)	7.925	8.892
Ponto comercial	3,00	6.069	(1.990)	4.079	4.343
Outros intangíveis	10,00	1.150	-	1.150	-
Subtotal		1.671.251	(611.241)	1.060.010	839.810

	Controladora				
	Software	Carteira de Clientes	Marcas e Patentes	Ágio em empresas incorporadas	Total
Saldos em 31/12/2015	153.426	14.527	530.157	615.887	1.313.997
Adições	63.374	-	-	-	63.374
Baixas	(927)	-	-	-	(927)
Amortizações	(49.423)	1.256	(19.015)	-	(67.182)
Impairment	156	-	(132)	-	(132)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	166.606	15.783	511.010	615.887	1.309.286
Adições	139.693	-	-	-	139.693
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Amortizações	(60.587)	(1.122)	(31.862)	-	(93.571)
Transferências	611	-	-	-	611
Saldos em 31/12/2017	246.319	14.661	479.148	615.887	1.356.015

	Consolidado				
	Taxa média anual de amortização (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	31/12/2017 Intangível Líquido	31/12/2016 Intangível Líquido
Vida útil indefinida					
Ágio em controladas diretas e indiretas (iv)					
Hospital Samaritano de São Paulo (vi)		424.785	-	424.785	880.801
Hospital Santa Joana		275.857	-	275.857	275.857
Elual (vi)		242.754	-	242.754	343.955
Lotten-Eyes (vi)		229.337	-	229.337	293.248
Esho		197.610	(34.781)	162.829	162.829
Lusladas		191.531	(7.215)	184.316	159.472
Grupo COI		164.591	-	164.591	164.591
Santos Administração e Participações SHAM (vi)		106.446	-	106.446	-
Plano de Saúde Ana Costa		83.941	-	83.941	111.570
Hospital Santa Helena (vi)		64.013	-	64.013	-
Hospital Ana Costa		59.771	-	59.771	71.898
Hospital de Clínicas de Jacarepaguá (vi)		40.444	-	40.444	-
Casa de Saúde Santa Therezinha (vi)		30.447	-	30.447	75.194
Bosque		26.312	-	26.312	98.861
Seisa		22.777	(2.832)	19.945	19.945
Topimagem		22.616	-	22.616	22.616
Hemonefro		16.771	-	16.771	16.771
Multiangio		13.766	-	13.766	13.766
Outros		11.190	-	11.190	11.190
Subtotal		2.241.740	(44.828)	2.196.912	2.739.152

	Consolidado						
	Marcas e patentes e outros	Software e não competição	Carteira de clientes uso-reto	Licença de franquia	Ponto comercial / direito de exploração	Ágio	Total
Saldos em 31/12/2015	627.959	191.261	-	14.527	-	39.655	2.042.591
Adições (i)	84.398	-	-	-	-	-	1.989.314
Baixas (66)	(1.059)	-	-	-	-	-	(1.125)
Amortização (29.732)	(64.604)	(7.561)	1.256	(782)	(7.010)	-	(108.433)
Transferência (ii)	2.358	(810)	-	-	101	(69.871)	(40.930)
Impairment (8.026)	-	-	-	-	-	(30.999)	(39.025)
Aquisição de empresas	78	6.123	-	-	-	-	6.201
Ajuste de conversão de moedas (2.123)	(1.571)	-	-	-	(6.061)	(38.594)	(48.249)
Saldos em 31/12/2016	590.448	213.738	19.731	15.783	8.892	26.685	3.798.369
Adições (i)	183.060	-	-	-	-	-	210.903
Baixas (21)	(127)	-	-	-	-	-	(148)
Amortização (53.642)	(77.297)	(30.686)	(6.815)	(967)	(6.687)	-	(176.094)
Transferência (ii)	94.930	401	100.720	19.370	13	(746.441)	(531.007)
Impairment (1.896)	-	-	-	-	-	(48.040)	(49.936)
Aquisição de empresas	14	681	-	-	-	-	695
Ajuste de conversão de moedas	1.400	1.753	31	-	-	2.906	26.581
Saldos em 31/12/2017	631.233	322.209	89.796	28.338	7.925	22.917	3.241.372

- (i) Em 2017, ágio na aquisição das sociedades Santos Administração, Plano de Saúde Ana Costa e Hospital Ana Costa no montante de R\$ 210.903. Em 2016, R\$ 1.895.242 total do ágio nas aquisições de empresas (vide nota explicativa nº 10);
- (ii) Em 2017, R\$ 546.139 transferência para o imóvel referente à alocação de ágio das sociedades HCJ, Samaritano SP, CSST, HSH, SHAM e Elual adquiridas em 2016 e R\$ 15.133 constituição do passivo fiscal diferido referente à diferença de base fiscal do ágio da empresa adquirida SHAM e controlada indireta Santa Tecla. Em 2016, do montante de R\$ 40.929, R\$ 32.828 corresponde a transferência para o imóvel referente à alocação de ágio da sociedade adquirida em 2015 - Promater e R\$ 7.392 referente a prévia alocação de ágio da sociedade Santa Tecla, adquirida em 2016.

Teste de impairment

A Companhia e suas controladas efetuaram teste de perda por redução no valor recuperável para todos os ativos intangíveis com vida útil indefinida registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. O valor recuperável destes ativos foi determinado com base no valor em uma partida dos fluxos de caixa descontados das unidades geradoras de caixa. Estes fluxos foram calculados conforme histórico de crescimento do setor, estimativas de mercado para crescimento do PIB e índice de inflação, perspectivas da Administração para custos e despesas administrativas para os próximos anos e taxa de desconto nominal de 15,9% e real de 12,3% (em 2016, 15,8% e 11,3% respectivamente), com base no custo médio ponderado de capital do grupo econômico. Como resultado deste trabalho, a Companhia e suas controladas reconheceram perda por valor recuperável no montante de R\$ 49.936, sendo R\$ 48.040 de ágio das empresas HCJ, CMPJ, CSST e Monte Klinikum e R\$ 1.896 de marcas e patentes das empresas Monte Klinikum e Pasteur. Em 2016, foi reconhecido o montante de R\$ 39.025, sendo R\$ 30.999 ágio das empresas Monte Klinikum e Saint-Vivant e R\$ 8.026 de marcas e patentes das empresas Dental Center, Pasteur, HCC, Madre Theodora e Monte Klinikum.

10. Combinação de negócios
Aquisições realizadas em 2016

■ **Mamoeco – Mamografia e Ecografia, Centro de Diagnóstico, Ltda.**
 Em junho de 2016, a controlada indireta Lusladas adquiriu 100% das quotas do capital social da Mamoeco, mediante pagamento de R\$ 1.282, sendo apurado um ágio de R\$ 1.159, cujo valor corresponde a benefícios econômicos futuros.

■ Hospital de Clínicas de Jacarepaguá

Em fevereiro de 2016, a controlada direta Esho, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social do HCJ, mediante pagamento de R\$ 6.500, sendo apurado um ágio de R\$ 75.194, dos quais R\$ 482 foram alocados na rubrica de Marcas, R\$ 1.276 alocado em Acordo de não Competição, R\$ 23.520 em Imóveis e R\$ 49.916 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ Centro Médico PJ Ltda.

Em fevereiro de 2016, a controlada direta Esho, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social do Centro Médico PJ Ltda., mediante pagamento de R\$ 500, sendo apurado um ágio de R\$ 1.192, dos quais R\$ 9 foram alocados na rubrica de Acordo de não Competição e R\$ 1.183 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ Hospital Samaritano de São Paulo Ltda.

Em agosto de 2016, a controlada direta Esho, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social do Samaritano SP, pelo montante de R\$ 1.381.950, sendo apurado um ágio de R\$ 880.800 dos quais R\$ 82.600 foram alocados em Marcas, R\$ 373.415 foram alocados em Imóveis e R\$ 424.785 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ Casa de Saúde Santa Therezinha S.A.

Em agosto de 2016, a controlada direta HAT, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social da CSST, mediante pagamento de R\$ 36.708, sendo apurado um ágio de R\$ 98.860, dos quais R\$ 989 foram alocados na rubrica Acordo de não Competição, R\$ 58.499 em Imóveis, R\$ 429 em Marcas e R\$ 38.943 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ Clínica Médica Cirúrgica de Santa Tecla S.A.

Em setembro de 2016, a controlada indireta Lusladas, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 96,51% das ações do capital social da Santa Tecla, pelo valor de R\$ 21.368, sendo apurado um ágio de R\$ 9.741, dos quais R\$ 210 foram alocados em Acordo de não Competição, R\$ 47 imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 9.484 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ Clisa – Clínica de Santo Antônio S.A.

Em setembro de 2016, a controlada indireta Lusladas, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 90,75% das ações do capital social da Clisa, pelo valor de R\$ 13.372, sendo apurado um deságio de R\$ 17.170.

■ Elual Participações S.A.

Em outubro de 2016, a Companhia e sua controlada direta Esho, celebraram contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social da Elual Participações S.A., pelo valor de R\$ 410.552, sendo apurado um ágio de R\$ 343.955 dos quais R\$ 12.632 foram alocados na rubrica Carteira de Clientes, R\$ 29.125 alocados em Acordo de não Competição, R\$ 59.444 alocados em Imóveis e R\$ 242.754 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ Santa Helena Assistência Médica S.A.

Em outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 34,79% do capital social da Santa Helena Assistência Médica S.A., pelo valor de R\$ 135.131, sendo apurado um ágio de R\$ 111.570, dos quais R\$ 13.112 foram alocados na rubrica Acordo de não Competição, R\$ 22.012 alocados em Imóveis, R\$ 6.738 alocados em Carteira de Clientes e também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 14.233. O montante R\$ 55.475 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes. A Elual é detentora de 65,21% do capital social desta sociedade.

■ Hospital Santa Helena S.A.

Em outubro de 2016, a controlada direta Esho, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 34,79% do capital social do HSH, pelo valor de R\$ 83.880, sendo apurado um ágio de R\$ 71.898, dos quais R\$ 2.425 foram alocados na rubrica Acordo de não Competição, R\$ 9.702 alocados em Imóveis, R\$ 59.771 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes. A Elual é detentora de 65,21% do capital social desta sociedade.

■ Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda.

Em outubro de 2016, a controlada direta HAT, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 99,99% do capital social da Lotten, pelo valor de R\$ 299.990, sendo apurado um ágio de R\$ 293.599 dos quais R\$ 11.409 foram alocados na rubrica de Marcas, R\$ 52.503 alocados em Acordo de não Competição e R\$ 229.687 corresponde ao valor de benefícios econômicos futuros, conforme laudo realizado por empresas independentes.

■ CMO – Centro Médico de Oftalmologia Ltda.

Em outubro de 2016, a controlada direta HAT, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 99,00% do capital social da CMO, pelo valor de R\$ 4, sendo apurado um deságio de R\$ 115.

■ Clínica Oftalmológica Danilo de Castro Ltda.

Em outubro de 2016, a controlada direta HAT, celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 99,67% do capital social da CDCC, pelo valor de R\$ 6, sendo apurado um deságio de R\$ 4.

Aquisições realizadas em 2017
■ Santos Administração e Participações S.A.

Em julho de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% do capital social da Santos Administração e Participações S.A., pelo valor de R\$ 128.181, sendo apurado um ágio de R\$ 106.446.

A Companhia está trabalhando na alocação do preço de compra da Santos Administração e Participações S.A. conforme normas contábeis estabelecidas pelo CPC 15 – Combinação de Negócios. Com base em levantamentos preliminares, a Companhia optou por classificar provisoriamente a diferença entre o preço pago e o valor contábil desta aquisição na rubrica de ágio por expectativa de rentabilidade futura.

■ Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Em julho de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 37,55% do capital social do Plano de Saúde Ana Costa S.A., pelo valor de R\$ 78.033, sendo apurado um ágio de R\$ 64.013. A Santos Administração e Participações é detentora de 62,45% do capital social desta sociedade.

A Companhia está trabalhando na alocação do preço de compra da Santos Administração e Participações S.A. conforme normas contábeis estabelecidas pelo CPC 15 – Combinação de Negócios. Com base em levantamentos preliminares, a Companhia optou por classificar provisoriamente a diferença entre o preço pago e o valor contábil desta aquisição na rubrica de ágio por expectativa de rentabilidade futura.

■ Hospital Ana Costa S.A.

Atualmente, estas empresas aguardam a consolidação destes valores pela RFB / PGFN para comprovação da extinção dos saldos dos débitos e parcelamentos.

14. Empréstimos e financiamentos a pagar

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2017	31/12/2016	Controladora
Mútuo com UHG (i)	Mar-13	Jan-22	-	13,00% a.a.	-	-	1.318.860
Mútuo com UHG (i)	Out-14	Jan-22	-	13,00% a.a.	-	-	256.740
Mútuo com UHG	Nov-16	Dez-21	-	13,00% a.a.	-	-	1.207.800
Arrendamento Mercantil (ii)	-	-	-	11,78% a.a.	1.745	-	12.804
Outros	-	-	-	-	9	-	13
Total					1.754		2.796.217
Circulante					1.754		59.472
Não circulante					-		2.736.745
Total					1.754		2.796.217

(i) Mútuo com a controladora UHG. Todas as operações foram realizadas em Reais (R\$), não havendo exposição a outras moedas. Em 2017, a UHG concedeu o perdão dos juros incorridos entre 16 de julho a 22 de dezembro e com recursos de aumento de capital recebidos pela Companhia, os mútuos foram liquidados (vide nota explicativa nº 24);
(ii) Compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de informática, telefonia e veículos, com prazos que variam de 24 a 36 meses, que devem ser adquiridos ao final dos contratos por um valor residual e simbólico.

Descrição	Início	Vencimento	Encargos	Pagamento de Juros	Garantias	31/12/2017		31/12/2016	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamentos:									
Caixa Geral de Depósito	Set-08	Jan-19	Euribor + spread 2,04% a.a.	Trimestral/Semestral/Anual	Nota Promissória	16.931	2.351	23.575	10.172
BNDES (i)	Dez-09	Jul-17	Cesta moedas + 2,95% a.a.	Mensal	Aval	-	-	11.091	-
Banco Itaú BBA, Finame (iii)	Jun-11	Jan-21	TJLP + 5,50% a.a.	Mensal	Aeronave	100	206	101	305
Banco Itaú BBA, Finame (iii)	Jun-11	Jan-21	5,50% a.a.	Mensal	Aeronave	1.603	3.297	1.604	4.879
CEF - BNDES	Dez-15	Ago-20	9,50% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	105	174	105	279
General Electric (ii)	Set-12	Mar-17	USD + 4,35% a.a.	Trimestral	Fiança e Alienação Fiduciária	-	-	168	-
General Electric (ii)	Out-12	Fev-17	USD + 4,80% a.a.	Trimestral	Fiança e Alienação Fiduciária	-	-	975	-
General Electric (ii)	Set-12	Set-17	USD + 4,35% a.a.	Trimestral	Fiança e Alienação Fiduciária	-	-	869	-
General Electric (ii)	Out-12	Mar-17	USD + 4,35% a.a.	Trimestral	Fiança e Alienação Fiduciária	-	-	81	-
Banco Itaú	Abr-13	Mar-18	USD + 3,78% p.a.	Trimestral	Aval	2.243	-	8.478	2.654
General Electric (ii)	Dez-13	Mar-18	USD + 4,35% a.a.	Trimestral	Fiança e Alienação Fiduciária	469	-	1.888	477
Banco Santander	Mar-14	Fev-19	CDI + 3,04% a.a.	Mensal	Aval	2.038	339	2.089	2.375
Banco Santander	Jun-14	Jun-19	USD + 4,08% a.a.	Mensal	Aval	6.580	3.278	6.498	9.689
Varian	Mar-15	Jun-18	USD + 3,00% a.a.	Trimestral	Equipamentos	1.634	-	3.223	1.597
Factoring	Jul-15	Indef.	Euribor + spread 1,35% a.a.	Mensal	Recebíveis	84.473	-	83.442	-
Santander Totta	Set-15	Jan-17	Euribor + spread 1,35% a.a.	No final do contrato	Nota Promissória	-	-	89.416	-
Aymoré	Set-16	Jan-18	-	Mensal	Fiança e Alienação Fiduciária	12	-	358	-
Outros	-	-	-	Mensal	-	3.381	540	1.063	1.184
Subtotal						119.569	10.185	235.024	33.611
Mútuo com controladora (iv)	Mar-13	Jan-22	13,00% a.a.	Trimestral	-	-	-	33.860	1.285.000
Mútuo com controladora (iv)	Out-14	Jan-22	13,00% a.a.	Trimestral	-	-	-	6.740	250.000
Mútuo com controladora (iv)	Dez-14	Jan-22	13,00% a.a.	Trimestral	-	-	-	1.318	50.000
Mútuo com controladora (iv)	Nov-15	Jan-22	13,00% a.a.	Trimestral	-	-	-	4.315	150.000
Mútuo com controladora (iv)	Dez-15	Jan-22	13,00% a.a.	Trimestral	-	-	-	8.197	285.000
Mútuo com controladora (iv)	Nov-16	Dez-21	13,00% a.a.	Trimestral	-	-	-	7.800	1.200.000
Mútuo com controladora (iv)	Dez-16	Dez-19	Euribor	Anual	Nota promissória	-	-	329.846	189.112
Subtotal								62.230	3.409.112
Consolidado								31/12/2017	31/12/2016
Total								235.024	33.611

Descrição	Início	Vencimento	Encargos	Pagamento de Juros	Garantias	31/12/2017		31/12/2016	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Arrendamentos:									
Em moeda nacional (v)	-	-	9,83% a.a.	Mensal	Equipamentos e veículos	18.026	15.851	29.058	25.599
Subtotal						18.026	15.851	29.058	25.599
Total						137.595	355.883	326.312	3.468.322

(i) Financiamentos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para construção e ampliação da rede própria, bem como compra de equipamento hospitalar;

(ii) Financiamentos para compra de equipamentos hospitalares;

(iii) Financiamentos obtidos junto ao Finame para a aquisição de aeronave, pela controlada indireta Aeromil;

(iv) Mútuo com a controladora UHG, com a finalidade de financiar o capital de giro da Companhia. Todas as operações foram realizadas em Reais (R\$), não havendo exposição a outras moedas. Em 2017, a UHG concedeu o perdão dos juros incorridos entre 16 de julho a 22 de dezembro para a Companhia e sua controlada direta Esho e com recursos de aumento de capital recebidos pela Companhia, os mútuos foram liquidados (vide nota explicativa nº 24);

(v) Compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de bens para equipamentos de informática, hospitalares e veículos, com prazos de 24 a 36 meses, devendo os bens serem adquiridos ao final dos contratos por um valor residual simbólico. O saldo dos arrendamentos mercantis está demonstrado a seguir:

Composição do arrendamento mercantil

	31/12/2017	Controladora	31/12/2017	Consolidado	31/12/2016	Controladora	31/12/2016	Consolidado
Equipamentos hospitalares	-	-	32.132	41.854	-	-	41.854	
Direito de uso de software	-	1.706	-	1.706	-	-	1.706	
Equipamentos de informática	1.745	11.058	-	1.745	-	-	11.058	
Total	1.745	12.804	33.877	54.657				

Período	Controladora		Consolidado	
	Pagamento mínimo	Valor presente dos pagamentos	Pagamento mínimo	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	2.034	1.745	18.623	18.026
Após um ano, mas menos que três anos	-	-	15.940	15.851
Total dos pagamentos mínimos de arrendamento	2.034	1.745	34.563	33.877
Valores que representam encargos financeiros	(289)	-	(686)	-
Valor presente de pagamentos de arrendamentos mínimos	1.745	1.745	33.877	33.877

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes referentes a empréstimos e financiamentos a pagar têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2017	Controladora	31/12/2017	Consolidado
2018	-	1.754	-	137.595
2019	-	-	-	354.060
2020	-	-	-	1.681
2021	-	-	-	142
Total		1.754		493.478

15. Débitos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	Reapresentado	31/12/2017	Reapresentado
	Não	Não	Não	Não
Circulante	circulante	Circulante	circulante	Circulante
Contas a pagar na aquisição de investimentos:				
Hospital Madre Theodora	-	-	4.889	2.721
COI Clínicas	-	-	-	7.626
Promater	-	-	3.321	6.919
HCJ e Centro Médico PJ	-	-	583	-
Hospital Santa Therezinha	-	-	4.630	9.261
ISO	-	-	715	834
Hospital AMA	-	-	1.296	540
Santa Helena Assistência Médica	13.472	8.979	12.255	13.472
Hospital Santa Helena	-	-	-	8.981
Elual Participações	-	17.065	9.851	25.391
Hospital Samaritano de São Paulo	-	-	-	28.230
Santos Administração e Participações	-	-	-	10.513
Plano de Saúde Ana Costa	4.230	-	-	4.230
Hospital Ana Costa	48	-	-	48
	-	-	13.027	-
Subtotal (i)	4.278	30.537	18.830	37.646
Obrigações com pessoal	84.610	-	85.616	-
Fornecedores	86.725	-	46.786	-
Adiantamento de clientes	1.846	13.380	-	-
Multas ANS - parcelamento	5.043	19.752	-	-
Aluguel diferido	2.403	30.011	-	-
Outros	10.958	18.622	8.516	8.228
	-	-	38.009	26.019
Total	195.863	98.922	173.128	45.874
				157.253
				997.027
				117.078

(i) Contas a pagar na aquisição das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os valores são atualizados monetariamente pelo CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, os montantes referentes ao contas a pagar na aquisição das controladas diretas e indiretas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2017	Controladora	31/12/2017	Consolidado
2018	-	4.278	-	32.739
2019	-	-	-	17.394
2020	-	-	-	8.764
2021	-	-	-	-
2022	-	30.537	-	55.313
Total		34.815		114.210

16. Ativo fiscal diferido e provisões para tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.279.249	1.266.375	1.457.314	1.408.955
Prejuízo fiscal e base negativa - PERT (i)	(9.967)	-	(35.839)	-
Provisão para ações judiciais	249.078	176.798	282.571	206.231
Provisão para perdas sobre créditos (ii)	44.233	40.811	82.936	68.338
Impairment - ágios	9.498	9.498	40.069	30.691
Crédito fiscal sobre ágio de empresas incorporadas	1.917.356	2.124.165	1.978.494	2.187.201
Outros ativos fiscais diferidos	17.725	-	26.898	1.214
Ativos fiscais diferidos	3.507.172	3.617.647	3.832.443	3.902.630
Alocação de ágios - PPA	(177.781)	(190.095)	(276.253)	(281.873)
Amortização fiscal de ágio dedutível de empresas incorporadas (iii)	(283.271)	(279.642)	(378.287)	(365.911)
Derivativos	-	-	(1.031)	(2.093)
Outros passivos fiscais diferidos	(15.645)	(17.868)	(55.574)	(58.736)
Passivos fiscais diferidos	(476.697)	(487.605)	(711.145)	(708.613)
Ativo fiscal diferido líquido (iv)	3.030.475	3.130.042	3.121.298	3.194.017
Refletido no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Ativo fiscal diferido	3.030.475	3.130.042	3.214.091	3.263.795
Passivo fiscal diferido	-	-	(92.793)	(69.778)
Ativo fiscal diferido líquido	3.030.475	3.130.042	3.121.298	3.194.017

(i) Em 2017, algumas empresas do Grupo (Esho, COI, Casa de Saúde Santa Therezinha e Hospital Ana Costa) utilizaram parte do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL para quitação de débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Além disso, a Amil Assistência também cedeu parte do seu prejuízo fiscal para utilização da sua controlada Esho. Essas quitações foram feitas em virtude do novo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) do Governo Federal, o qual foi instituído pela Lei nº 13.496, publicada em 24 de outubro de 2017;

(ii) Constituída sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde e outros créditos;

(iii) Os ágios gerados na aquisição de investimentos que deixaram de ser amortizados contabilmente a partir de 01 de janeiro de 2009. No entanto, os mesmos continuaram sendo amortizados para fins fiscais, com base no RTT - Regime Tributário de Transição (Lei nº 11.941/09) até dezembro de 2014. A partir de 2015, as amortizações dos ágios estão regulamentadas pela Lei nº 12.973/14 (conversão da MP 627/13), a qual trouxe a revogação do RTT mediante a introdução de um novo regime no qual a determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL passou a ser feito diretamente a partir do lucro, realizada através de adições/exclusões;

(iv) O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados de acordo com a posição líquida.

A Administração elabora estudo técnico, ao final de cada exercício social, de realização futura do ativo fiscal diferido. Anualmente esse estudo sofre atualizações, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos será realizado nos seguintes prazos:

Vencimentos	Controladora	Consolidado
2018	207.978	262.389
2019	260.511	277.919
2020	297.706	298.041
2021	344.530	334.790
2022	360.809	389.449
2023 a 2027	1.558.941	1.651.503
Total	3.030.475	3.214.091

17. Provisões para ações judiciais

17.1. Ações judiciais com risco de perda provável

A Companhia e suas controladas constituem provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Controladora	31/12/2017	Consolidado
Cíveis (i)	494.327	344.462	590.544	428.704
Trabalhistas (ii)	56.854	45.359	153.815	133.330
Tributárias	115.785	86.		

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	24.018	5.412
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	24.018	5.412
Outros	24.018	5.412
D.A.S.A.	21.748	3.347
Rede Impar	2.173	2.005
Outros	97	60
Passivo	69.673	3.556.762
Fornecedores, contas a pagar e mútuo	69.673	3.556.762
Outros	69.673	3.556.762
D.A.S.A.	6.383	21.834
Hospital Santa Paula	-	6.141
Medise	426	-
Rede Impar	20.959	32.211
Mútuo com UHG	-	3.471.342
Prestação de serviços com UHG	35.235	22.012
Prestação de serviços com UHG/OPTUM	6.670	3.222
Receitas	68.705	69.362
Outros	68.705	69.362
D.A.S.A.	39.216	45.615
Rede Impar	27.552	22.127
Outros	1.937	1.620
Custos e despesas	1.572.876	1.537.796
Outros	1.572.876	1.537.796
D.A.S.A.	573.558	571.175
Hospital Santa Paula	139.288	96.588
Medise	4.442	2.271
PBR	1	-
Rede Impar	540.435	555.750
Mútuo com UHG	232.988	270.250
Prestação de serviços com UHG	26.508	22.388
Prestação de serviços com UHG/OPTUM	55.656	19.374

19.2. Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia considerou como "Pessoal chave da administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária. A remuneração é constituída por honorários, bônus, plano de previdência privada complementar e plano de opções de ações. A remuneração anual atribuída ao pessoal chave da administração está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	8.219	7.893
Benefícios	608	550
Subtotal	8.827	8.443
Despesas com remuneração baseada em ações	18.929	789
Total	27.756	9.232

20. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	-	4.149.843	3.469.083
Outras receitas operacionais	19.146	89.937	65.299	125.412
Ganho alienação de imobilizado	1.084	21.275	1.882	24.825
Recuperação de despesas (i)	8.476	60.216	20.661	70.792
Receitas com contrato de exclusividade	4.339	3.640	4.402	4.043
Reversão de impairment	-	-	696	1.991
Receitas com outras atividades	189	-	9.930	5.019
Outras receitas	5.058	4.806	27.728	18.742
Total	19.146	89.937	4.215.142	3.594.495

(i) em 2016, do montante de R\$ 70.792, R\$ 57.293 refere-se a ganho de processo movido pela Companhia contra Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

21. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	-	-	4.149.843	3.469.083
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde (i)	(125.575)	(100.498)	(130.648)	(101.181)
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	23.813	43.246	23.813	43.246
Provisão para perdas sobre recebíveis	(233.955)	(259.430)	(250.847)	(263.763)
Reversão (provisão) para perdas sobre outros créditos	617	(12.629)	608	(12.629)
Multas	(171.646)	(157.334)	(171.841)	(157.334)
Total	(506.746)	(486.645)	(528.915)	(491.661)

(i) Nesta rubrica, basicamente são contabilizadas as reclamações judiciais por danos morais dos beneficiários dos planos de saúde.

22. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	-	(812.636)	(657.832)
Pessoal	-	-	(812.636)	(657.832)
Suprimentos médicos	-	-	(576.633)	(486.696)
Serviços de terceiros	-	-	(905.432)	(782.267)
Localização e funcionamento	-	-	(112.091)	(104.450)
Depreciação e amortização	-	-	(327.402)	(259.960)
Outros	-	-	(1.599)	(8.026)
Subtotal	(2.735.793)	(2.299.231)	(2.735.793)	(2.299.231)
Provisão para perdas sobre recebíveis	-	-	(169.843)	(141.715)
Reversão (provisão) para perdas sobre outros créditos	-	-	(1.331)	5.131
Recuperação de outras despesas	-	-	16.818	9.905
Perda alienação de imobilizado	-	-	(4.060)	(1.904)
Outros	-	-	(21.198)	(22.315)
Total	(2.915.407)	(2.450.129)	(2.915.407)	(2.450.129)

23. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(792.798)	(723.560)	(1.333.194)	(1.123.116)
Serviços de terceiros (i)	(364.065)	(315.050)	(494.148)	(444.500)
Localização e funcionamento (ii)	(221.112)	(215.316)	(269.017)	(255.021)
Depreciação e amortização	(152.178)	(126.362)	(173.489)	(127.744)
Publicidade e propaganda	(138.470)	(179.984)	(117.787)	(208.475)
Tributos	(46.846)	(54.357)	(89.563)	(81.436)
Judiciais	(172.871)	(109.883)	(230.981)	(187.423)
Outras	(10.860)	(16.596)	(26.861)	(26.972)
Total	(1.899.200)	(1.741.108)	(2.735.040)	(2.454.687)

(i) Serviços advocatícios, consultoria, tele atendimento, informática, entre outros.

(ii) Utilização e manutenção das instalações da Companhia, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, etc..

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras	(21.598)	(21.686)	(25.510)	(22.662)
Descontos concedidos	(356.233)	(206.985)	(441.922)	(333.976)
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	(2.925)	(8.721)
Varição cambial	(15.767)	(17.065)	(25.817)	(26.685)
Tarifas bancárias	(6.101)	(2.081)	(18.956)	(13.548)
Financiamento de tributos (ii)	(1.423)	(3.695)	(7.240)	(9.102)
Outras (iii)	(401.122)	(251.512)	(522.370)	(414.694)
Subtotal	(401.122)	(251.512)	(522.370)	(414.694)
Receitas financeiras	264.962	282.905	303.587	309.324
Aplicações financeiras	80.924	69.436	75.731	70.769
Atualização de créditos tributários	2.309	6.659	11.417	16.172
Descontos obtidos	1.954	2.848	12.294	17.485
Varição cambial (iv)	412	7.010	4.330	82.014
Perdão de dívida (v)	158.022	-	186.044	-
Outras	5.409	1.073	24.375	10.971
Subtotal	513.992	369.931	617.778	506.735
Total líquido	112.870	118.419	95.408	92.041

(i) Basicamente, encargos financeiros do contrato de mútuo com UHG;

(ii) Representado substancialmente pelos encargos sobre impostos e contribuições inscritas nos programas de parcelamento. Esses valores são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, SELIC e IPCA;

(iii) Inclui atualização de contas a pagar de curto e longo prazo pela aquisição de empresas;

(iv) Em 2016, do montante de R\$ 82.014, R\$ 73.645 refere-se à variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de controladas;

(v) Perdão dos juros incorridos entre 16 de julho a 22 de dezembro de 2017 concedido pela controladora UHG sobre o mútuo com suas controladas Amil Assistência no montante R\$ 158.022 e Esho no montante de R\$ 28.022.

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	142.898	(382.589)	238.753	(384.043)
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(48.585)	130.800	(81.176)	130.575
Ajustes para apuração da alíquota efetiva	(7.504)	(3.774)	(32.451)	(19.094)
Despesas inadotáveis (i)	24.325	(7.517)	-	-
Equivalência patrimonial	(51.425)	(51.342)	(52.348)	(51.768)
Multas	-	-	(20.637)	-
Débitos IRPJ/CSLL inseridos no PERT (ii)	(6.411)	(3.059)	2.007	1.175
Outras diferenças permanentes (iii)	(89.600)	64.388	(184.605)	60.888
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(89.600)	64.388	(184.605)	60.888
Impostos correntes	(89.600)	64.388	(40.785)	110.922
Impostos diferidos	(89.600)	64.388	(184.605)	60.888
Alíquota fiscal efetiva	62,70%	16,93%	77,32%	15,95%

(i) Valores referentes às despesas com doações, perdas inadotáveis, despesas com representação etc.;

(ii) Valores referentes a débitos do IRPJ/CSLL da Esho, os quais foram inseridos no novo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) do Governo Federal, o qual foi instituído pela Lei nº 13.496, publicada em 24 de outubro de 2017;

(iii) Valores transferidos para a Amil Assistência e/ou outras empresas do Grupo Amil, em virtude de cisões, as quais não possuíam IRPJ/CSLL diferidos; prejuízos fiscais/diferenças temporárias sem IRPJ/CSLL diferidos; lucros auferidos no exterior etc..

26. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores segurados
Complexo administrativo e unidades hospitalares	Danos materiais às edificações, instalações, máquinas e equipamentos	2.523.906
Contratos (prestação de serviços, judicial ou locação)	Danos materiais	136.743
Veículos	Danos materiais e corporais	12.984

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**27.1. Considerações gerais**

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e de suas controladas com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, as controladas da Companhia também operam com instrumentos financeiros derivativos, especialmente contratos de Forward (NDF's) e Opções registrados pelo valor justo.

27.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros**27.2.1 Classificação**

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas referem-se a empréstimos, financiamentos e obrigações com fornecedores. O principal propósito dos empréstimos e financiamentos foi a captação de recursos para as operações de combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

27.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelos empréstimos e financiamentos da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e suas respectivas classificações são os seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	6.417	6.417	117.627	117.627
Contraprestações pecuniárias a receber	281.934	281.934	318.227	318.227
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	-	-	896.506	896.506
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	3.140.819	3.140.819	3.529.494	3.529.494
Instrumentos derivativos	-	-	3.031	3.031
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	2.661.878	2.661.878	2.452.779	2.452.779
Débitos diversos	294.785	294.785	1.218.731	1.218.731
Empréstimos e financiamentos	1.754	1.754	493.478	493.478

27.2.3 Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46/IFRS 7, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários pelo seu valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como Nível 1 e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2.

A tabela abaixo demonstra de forma resumida os instrumentos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Descrição				
Ativo				
Caixa e bancos	6.417	-	-	-
Aplicações livres	366.298	-	-	-
Total dos ativos	372.715	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Descrição				

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Amil Assistência Médica Internacional S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Amil Assistência Médica Internacional S.A.** (“**Companhia**”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Amil Assistência Médica Internacional S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.24., os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.24. que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3 “S” - SP

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1